

A Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE apresenta produções científicas de duas importantes áreas do Direito, que abrangem todo o universo daqueles que, de alguma maneira, usam recursos públicos em suas atividades. Ao divulgar produções acadêmicas nacionais e internacionais, a RFDFFE aproxima instituições relacionadas ao Direito Econômico e Financeiro, além de proporcionar ao leitor temas recorrentes a esses ramos, tais como: planejamento, concorrência, recursos minerais e petrolíferos, comércio internacional, reforma urbana e agrária, análises sobre a ordem econômica constitucional, abrangência da *lex mercatoria*, entre outros.

Fundador da Revista
Regis Fernandes de Oliveira (USP)

Coordenadores da Revista
Fernando Facury Scalf – Direito Financeiro (USP)
Gilberto Bercovici – Direito Econômico (USP)

Coordenadores do Conselho Editorial
Helena Taveira Torres – Direito Financeiro (USP)
Luiz Fernando Massonetto – Direito Econômico (USP)

Membros do Conselho Editorial

Airton L. Cerqueira Leite Seelaender (UnB)	Horácio Corti (Universidade de Buenos Aires, Argentina)
Alessandro Serafim Octaviani (USP)	Itziar Gómez Fernández (Universidad Carlos III, Espanha)
Ana Carla Blancherie (USP)	João Marcelo de Lima Assafim (UFRJ)
Ana Maria Nusdeo (USP)	João Ricardo Catarino (Universidade Técnica de Lisboa, Portugal)
António José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra, Portugal)	Antonio Maués (UFPA)
Antonio Maués (UFPA)	José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra, Portugal)
Carlos Miguel Herrera (Université de Cergy-Pontoise, França)	José Maria Arruda de Andrade (USP)
Cláudio Pereira de Souza Neto (UFF)	José Tadeu de Chiara (USP)
Diogo Rosenthal Coutinho (USP)	Luis Fernando Massonetto (USP)
Estevão Horvath (USP)	Luisa Cassetti (Università di Perugia, Itália)
Fabio Nusdeo (USP)	Marcus Faro de Castro (UnB)
Francisco Jose Cañal Garcia (Universidade de Barcelona, Espanha)	Martônio Mont'Alverne Barreto Lima (Unifor)
Giovani Clark (UFMG)	Michel Bouvier (Universidade Sorbonne-Paris I, França)
Gonçalo Avelãs Nunes (Universidade de Aveiro, Portugal)	Ricardo Antônio Lucas Camargo (UFRGS)
Helena Taveira Torres (USP)	Roberto Romboli (Università di Pisa, Itália)
Hermes Marcelo Huck (USP)	Violeta Ruiz Almendral (Universidad Carlos III, Espanha)

Pareceristas

Gilberto Bercovici (Universidade de São Paulo)	Gabriel Loretto Lochagin (Universidade de São Paulo)
Onofre Alves Batista Júnior (Universidade Federal de Minas Gerais)	Matheus Carneiro Assunção
Élida Graziane Pinto (Procuradora do MP de Contas do Estado de São Paulo)	(Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT)
Flávio Rubinstein (GVLaw - FGV-SP)	Licurgo Joseph Mourão de Oliveira. (TCEMG)
Michel Haber Neto (Universidade de São Paulo)	Luma Cavaleiro de Macêdo Scalf (Universidade Federal do Pará)

© 2018 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012 Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o território nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico : RFDFFE, – ano 5, n. 2, (set./fev. 2016) – Belo Horizonte : Fórum, 2016-

Semestral
ISSN 2238-8508

1. Direito financeiro. 2. Direito econômico. 3. Direito público. I. Fórum.

CDD: 341.38
CDU: 347.73

Esta revista está indexada em:

- Directory of Research Journals Indexing - DRJI
- Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)
- Scholar Google
- Base RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

DIREITO FINANCEIRO

Redesenhos regressivos no custeio federativo dos direitos fundamentais: um estudo exploratório sobre o revisionismo fiscal do pacto civilizatório de 1988

Élida Graziane Pinto..... 9

1 Introdução 9

2 Microsistema de tutela do custeio constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais 14

3 Redesenhos normativos mitigam federalismo e financiamento constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais: uma inversão deliberada do pacto civilizatório de 1988?..... 18

4 À guisa de considerações finais: guerra fiscal de despesas na federação esvazia o microsistema de tutela do custeio constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais 21

Referências 31

Progressividade e tributação na perspectiva da atividade financeira do Estado

Alexandre Silveira..... 35

Introdução 35

1 Progressividade, proporcionalidade, regressividade (nos tributos em espécie e na carga tributária) 36

2 A função da progressividade no sistema tributário e seu amparo constitucional. Função do tributo. Compatibilidade circular 39

3 Progressividade e capacidade contributiva 42

4 Progressividade e outorga de competência tributária: a demanda por expressa previsão na norma 46

5 A Constituição exige que o sistema tributário seja progressivo? 49

6 A jurisprudência do STF concernente a IPTU, ITBI e ITCMD 53

Conclusão 56

Referências 57

Sistema constitucional de planejamento orçamentário e vinculação do legislador financeiro

Stanley Botti Fernandes..... 61

1 Introdução 61

2 A limitação do poder de decisão democrática 63

3 A liberdade do legislador financeiro e seus limites 68

4	Planejamento e orçamento público	70
5	Conflito de leis e critérios para a solução de antinomias	76
6	Sistema constitucional de planejamento orçamentário, vinculação do legislador financeiro e poder materialmente paramétrico	80
7	Conclusão	86
	Referências	88

A guerra fiscal do ICMS e a (im)possibilidade de atuação do CADE

Francisco Sávio Fernandez Mileo Filho	91	
1	Introdução	91
2	A ordem econômica na Constituição Federal de 1988 e o princípio da livre concorrência	94
3	O ICMS e o regime jurídico de concessão de incentivos fiscais	99
3.1	A guerra fiscal do ICMS e o princípio da livre concorrência	102
4	A (im)possibilidade de atuação do CADE no âmbito da guerra fiscal do ICMS	104
4.1	A função preventiva	105
4.2	A função repressiva	105
4.3	A função educativa	112
5	Conclusão	113
	Referências	115

DIREITO ECONÔMICO

A execução das políticas agrárias de fomentação mercadológica na perspectiva da ordem econômica constitucional, para consecução da função social, como mecanismo de indução de produtividade

Narcilene Moreira Machado Lemes, Paulo Henrique Araújo Lemes Machado	121	
	Introdução	121
	Resultados e discussões	123
1	A intervenção do Estado na ordem econômica constitucional	123
2	A função social constitucional da propriedade rural na ordem econômica brasileira	125
3	As políticas públicas agrárias brasileiras e a (in)aplicabilidade das normas jurídicas constitucionais da função social de produtividade rural na ordem econômica	130
	Considerações finais	134
	Referências	135

O Estado corporativo e sua importância para o direito público brasileiro: uma leitura a partir do Jurista Themistocles Cavalcanti

Mauricio Mesurini da Costa	137	
1	Introdução	137
2	A onda intervencionista	139
3	O Estado corporativo	142
4	Conclusão	155
	Referências	157

A política econômica como instrumento para a realização da constituição econômica		161
Walber Moura Agra		161
1	Constituição econômica	167
2	Ordem econômica	172
3	Conceito de política econômica	175
4	Política econômica e seu reflexo na constituição econômica	179
5	Conclusão	180
	Referências	180

Marco regulatório das organizações da sociedade civil: aplicabilidade e noções preambulares da nova sistemática

Demétrius Amaral Beltrão, Henrique Cassalho Guimarães	185	
1	Contextualização	186
2	O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil	189
3	O terceiro setor e as organizações da sociedade civil	190
4	O que era o convênio e o que o convênio é	191
5	A Lei nº 13.019/2014 e a legislação específica	193
6	E o regime de subvenções sociais, como fica?	197
7	Algumas perplexidades da nova sistemática	199
8	Notas sobre o MROSC e a democracia	202
9	Considerações finais	204
	Referências	205

A atuação estatal na radiodifusão brasileira e os debates na elaboração da Lei nº 4.117/62 (Código de Telecomunicações)

Joanir Fernando Rigo	207	
1	A atuação estatal na radiodifusão brasileira	208
2	Os debates no Congresso: as propostas por menor atuação estatal na radiodifusão	212
3	A mobilização para a derrubada dos vetos e os debates no Congresso	218
	Referências	229

O atual estágio da constitucionalização do crédito rural: apontamentos sobre soberania econômica, democracia e redução das desigualdades

João Paulo de Faria Santos	231	
	Uma breve história recente do crédito rural no Brasil	232
	O crédito rural na Constituição de 1988	237
	A soberania nacional e os tomadores de crédito do SNCR	238
	O objetivo constitucional da redução das desigualdades	239
	Referências	242

Instruções para os autores	243
----------------------------------	-----